

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*
 LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*

WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*

ROSENTAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
 ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

Economia Brasil Reforço Político

As mudanças ministeriais aceleram o processo de articulação por parte do governo para garantir no Congresso as metas de saneamento financeiro e austeridade administrativa implícitas no plano de saneamento financeiro do Brasil, que será assinado com o Fundo Monetário Internacional na próxima quarta-feira, dia 29, em Washington.

O enorme sacrifício já feito pela sociedade brasileira em nome da estabilidade econômica, para devolver ao país condições de crescimento, não pode ser perdido depois que começam a aparecer os resultados da rigorosa política de combate à inflação.

O FMI e a comunidade financeira internacional já se convenceram da mudança radical na formulação da política econômica brasileira. Foram abandonados os sonhos juvenis de combate indolor à inflação, através de inconsequentes choques heterodoxos, o intervencionismo do Estado herdado do período autoritário, o voluntarismo de se abater a inflação com um só tiro, e, principalmente, a falácia desenvolvimentista de que inflação é mal secundário, importante é o crescimento para melhorar a distribuição de renda.

O pragmatismo da atual equipe econômica não comporta ilusões no combate à inflação: a rearrumação das finanças de uma família que gastou além das receitas e ficou pendurada nos bancos e nos cartões de crédito envolve um processo doloroso e demorado de contenção de gastos para saldar os débitos. Isso exige planejamento rigoroso nas prioridades dos itens de despesas, ainda que mais enxutos. Os gastos públicos não são diferentes — precisam caber no Orçamento. Ou seja, cobertos pela receita fiscal.

A história da República brasileira reproduz periodicamente o conflito político entre os defensores da austeridade e os adeptos do desenvolvimentismo a qualquer preço, sinônimo de inflação com crescimento. A recuperação do crédito público, com a ajuda inicial da correção monetária, numa primeira etapa, depois do severo saneamento promovido pela dupla Roberto Campos-Gouvêa de Bulhões, e as facilidades do endividamento externo, no final dos anos 60, recriaram a ilusão de que a austeridade fiscal e monetária era questão secundária.

Foi em nome dessa teoria desenvolvimentista que o Brasil trocou, em 1979, a cautela do desaquecimento econômico do ministro Mário Henrique Simonsen (que pregava uma expansão de 3% a 5% para o PIB por 18 meses) pelo sonho da volta do milagre com Antônio Delfim Netto no comando da economia, no começo do governo Figueiredo.

A crise da dívida externa jogou o país num longo processo recessivo acoplado a uma inflação descontrolada, que vem de 1981. Nesses 10 anos, a média do crescimento do PIB ficou abaixo do

aumento populacional de 2% ao ano, e a renda *per capita* voltou aos níveis de 79. O crescimento econômico a qualquer preço gerou a hiperinflação e empobreceu o Brasil, provocando a concentração de renda da sua história.

Abandonar a austeridade nesse momento em que estão criadas condições objetivas para a retomada do diálogo do Brasil com a comunidade financeira internacional — a partir da aprovação do acordo do FMI — equivaleria a condenar a sociedade brasileira a mais uma década de incertezas e falta de perspectivas. O Brasil não pode ficar à margem do movimento de integração da economia mundial, que se materializou com a queda do muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética.

As cabeças mais lúcidas da vida brasileira já chegaram à conclusão de que o FMI é o grande aliado, cujo cartão de apresentação reabrirá as portas do Primeiro Mundo ao Brasil, embora velhas lideranças políticas ainda insistam em tratá-lo como inimigo. É preciso, portanto, que o ministro da Economia tenha garantia interna do cumprimento preliminar das metas de gastos públicos, para poder movimentar-se com segurança nas complexas negociações da dívida com governos e bancos.

A disputa judicial pelo reajuste dos aposentados, incluindo o desencontro de contas da Previdência, ampliou o seu eco em Brasília pelo interesse direto da burocracia dos Três Poderes. O funcionário público — com a alma do aposentado e o ócio na ativa — resiste a tudo que possa privar o futuro ócio totalmente remunerado. Por isso, a burocracia (no Brasil e na antiga URSS) reage às políticas que visam a enxugar os gastos e aumentar a eficiência no setor público. A austeridade também não agrada ao clientelismo político que cativa eleitores com o manejo das verbas oficiais. A capital da guitarra está em Brasília.

Neste sentido, a recriação do Gabinete Civil, entregue a um político liberal por convicção e com experiência administrativa, poderá compatibilizar os interesses e aspirações do Congresso e dos governos estaduais e municipais com as possibilidades do apertado orçamento da União. Na mesma linha, cogita-se criar um órgão governamental de planejamento encarregado de compatibilizar os gastos públicos decorrentes da negociação política, sem arranhar o princípio da austeridade fiscal sem emissão de moeda. São eles que respaldam a política de estabilização e as complexas negociações no front externo, que podem livrar definitivamente o Brasil da crise em que mergulhou há 10 anos.

Países em situação pior do que a nossa aplicaram essa receita e não se arrependem. Nós já estamos na metade do caminho.